



## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ATA NÚMERO 110/XII/ 3.ª SL

Aos 08 dias do mês de outubro de 2013, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Machete, ao abrigo do artigo 104º nº 2, do Regimento da Assembleia da República.

---

Audição do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Machete, ao abrigo do artigo 104º nº 2, do Regimento da Assembleia da República.

O Sr. Presidente, Deputado Alberto Martins, deu início à audição, começando por cumprimentar o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Machete e os Srs. Secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Dr. Luís Campos Ferreira, dos Assuntos Europeus, Dr. Bruno Mações e das Comunidades Portuguesas, Dr. José Cesário e os elementos da delegação que os acompanhavam. Deu de seguida a palavra ao Sr. Ministro que começou por referir que a Assembleia da República era o local certo para esclarecer a questão relativa à carta que em 2008 escreveu ao Sr. Deputado Luís Fazenda e ainda porque é que na entrevista que deu à Rádio Angola não feriu o princípio da separação de poderes. Quanto à carta enviada ao líder do grupo parlamentar do Bloco de esquerda, considera que a situação já se encontra resolvida com a deliberação adotada na semana passada, em Reunião Plenária, sem que tivesse tido oportunidade de ser ouvido.

Referiu ainda que era proprietário de um lote de ações da SLN que representava menos de 0,01% da capital da sociedade, pelo que não tinha capacidade de influenciar a gestão. Perante a Comissão de Inquérito respondeu a todas as questões que lhe foram colocadas. A carta de 5 de novembro de 2008 não foi dirigida à Comissão de Inquérito, que ainda não existia, mas ao Sr. Deputado Luís Fazenda.

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ATA NÚMERO 110/XII/ 3.ª SL

A carta de 2008 foi considerada irrelevante pelo Sr. Deputado João Semedo na altura, pois pretendia ouvir quem foi ministro depois da Fundação do BPN. Não mentiu à Assembleia da República, até porque a carta não foi dirigida a este órgão de soberania e reiterou que era um acionista individual e o valor diminuto da participação não tinha impacto nos trabalhos daquela Comissão.

Quanto à entrevista à Rádio de Angola, realçou a importância das relações bilaterais entre os dois países, designadamente em termos de relações comerciais e pelo facto de Angola ser o destino de um número significativo de portugueses, atualmente. A entrevista teve lugar no quadro da visita do ministro homólogo a Portugal. Foi questionado sobre essa questão e o que o levou a responder foi a flagrante violação do segredo de justiça que, relativamente a cidadãos estrangeiros, pode ter efeitos negativos sobre as relações entre os respetivos Estados. Esclareceu que fez uma interpretação pessoal de factos públicos a que todos podem ter acesso. Leu a nota que divulgou sobre a matéria em que afirmou que não teve qualquer contacto com a Sr.ª Procuradora-Geral da República e disse que subscreve integralmente o comunicado por ela divulgado no passado dia 4.

Passou depois às matérias de política externa, começando por referir que em termos de matéria europeia, deslocou-se a Bruxelas e a Estrasburgo onde teve oportunidade de discutir os temas que estão na agenda europeia e de reunir com os eurodeputados portugueses. Quanto ao Quadro Financeiro Plurianual, disse que importava adotar os regulamentos sectoriais. A nível nacional, informou que estamos a negociar com a Comissão Europeia a Agenda 2020. Disse que a nível bilateral a sua primeira deslocação foi a Madrid porque entende que a política externa não pode ignorar o país vizinho que é o nosso principal parceiro comercial e ponto incontornável de ligação à Europa. Destacou ainda a importância das relações com o Magreb, para onde as exportações têm aumentado muito.

Quanto à Assembleia Geral das Nações Unidas, disse que assegurou a representação de Portugal e teve oportunidade de efetuar diversas reuniões bilaterais. Dois assuntos dominaram estas reuniões: a Síria e o Irão.

A concluir, informou que o MNE está a preparar a 1ª Cimeira Luso-Angolana e falou na futura presidência da CPLP, no ensino da língua portuguesa no estrangeiro e na criação do Gabinete de Apoio na Diáspora.

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ATA NÚMERO 110/XII/ 3.ª SL

O Sr. Deputado Pedro Silva Pereira (PS) começou por saudar o Sr. Ministro, embora, dado o teor insatisfatório das declarações que proferiu, disse esperar que seja a sua última vinda à Comissão. Este assunto já devia estar arrumado e prosseguiu considerando que o que o Sr. Ministro fez na entrevista é absolutamente intolerável. Pediu desculpas às autoridades angolanas e violou grosseiramente o princípio da separação de poderes. Portugal não pede desculpas por ser um Estado de direito. Esta atitude de subserviência envergonha Portugal. O que o Sr. Ministro disse não se baseou no comunicado do Ministério Público que não fala em formulários e não considera o processo ultrapassado. Disse ainda que os esclarecimentos relativos à carta não são aceitáveis, pois o Sr. Ministro prestou declarações falsas, por escrito, no quadro de uma comissão de inquérito.

Concluiu considerando que lhe parecia importante que a política externa portuguesa se mantenha consensual e sugerindo que o Sr. Ministro tomasse a iniciativa de se demitir.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Machete, disse que a intervenção do Sr. Deputado Pedro Silva Pereira não constituiu uma surpresa. Prosseguiu referindo que estamos num processo político e não num julgamento. Disse que o Sr. Deputado fez uma interpretação distorcida do que disse e ignorou as circunstâncias políticas que levaram à interpretação que fez. O problema básico que aqui se coloca é o de ter havido uma violação grave do segredo de justiça e a crescente indiferença com que em Portugal se convive com a violação do segredo de justiça. Disse ainda que os pedidos de desculpa diplomáticos são transmitidos pelos embaixadores e, no caso, não foi nada disso que aconteceu.

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) começou por saudar o Sr. Ministro porque quis esclarecer a Comissão sobre a política externa portuguesa e esclarecer as confusões e insinuações que quiseram criar contra o Sr. Ministro que, por sua iniciativa, se predispôs a vir à Comissão proceder ao seu esclarecimento. Considerou que se tratava de uma campanha pessoal que invoca questões de há 5 anos que não tiveram na altura relevância política. Relativamente à SLN não se vai pronunciar até porque do ponto de vista parlamentar ela está resolvida. Quanto a entrevista

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ATA NÚMERO 110/XII/ 3.ª SL

considerou que só quem está de má-fé é que não aceita as explicações que foram avançadas. Disse ainda que só quem não foi membro de um Governo, não sabe como se fazem as relações entre os Estados. Compreende que um titular da pasta, relativamente a um país onde residem milhares de portugueses, sinta necessidade de deixar claro que a relação entre os dois Estados decorre num quadro de normalidade. Por uma mera declaração, não se pede a demissão do ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros. Prosseguiu colocando um conjunto de questões de política externa portuguesa, designadamente se se mantém ou não a mesma estratégia de diplomacia económica e o desenvolvimento da situação na Guiné-Bissau.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Machete, disse que não tem dúvidas hoje que a política em Portugal mudou muito desde que este ativamente integrado. Quanto às questões colocadas, disse que o Ministério continua a prosseguir o caminho da diplomacia económica dado que é vital para que Portugal possa sair da crise em que se encontra. Um dos instrumentos fundamentais nessa linha de atuação, é a AICEP, na dependência do Vice-Primeiro-Ministro e outro é o das embaixadas passarem a dispor de funcionários da AICEP o que tem tido resultados muito positivos. Quanto à Guiné-Bissau, estamos com dificuldades pois cada vez parece mais inatingível a data proposta para a realização de eleições em novembro. Após as eleições importará tomar as medidas necessárias que garantam a estabilização democrática.

O Sr. Deputado José Lino Ramos (CDS-PP) disse que obviamente o BPN deixou de ser um problema político, passou a ser jurídico, pelo que não se lhe irá referir. Quanto à questão da entrevista, considerou que a forma utilizada foi infeliz, embora não lhe atribua qualquer má-fé. Citou os mais de 150 mil residentes portugueses em Angola e o facto de este país ser o maior destino das exportações portuguesas depois da Europa. Fazer desta situação um fator que pode prejudicar as boas relações entre Portugal e Angola não é avisado, considerou e perguntou, a concluir, como é que a cimeira bilateral que se encontra em preparação pode contribuir para melhorar o relacionamento entre os dois países.

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ATA NÚMERO 110/XII/ 3.ª SL

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Machete, disse que em política o que interessa é a substância pelo que agradeceu o reconhecimento que as declarações tinham sido motivadas pelo interesse de Portugal e dos portugueses residentes em Angola. Prosseguiu referindo que se abrem perspectivas para uma cooperação paritária que levará ao progresso social e económico dos países que participam. Concluiu referindo que se pretende inaugurar um conceito de cooperação bilateral e que Angola está de acordo com esta perspectiva.

O Sr. Deputado João Ramos (PCP) começou por referir que quando o Sr. Ministro cá veio pela primeira vez, o PCP disse que estava fragilizado por causa do BPN. Depois é o Sr. Ministro que escreve ao Sr. Presidente propondo-se abordar esta questão. Quanto à entrevista, embora o Sr. Ministro justifique as afirmações por ter havido um crime de violação do segredo de justiça, cometeu uma ilegalidade ao desrespeitar o princípio da separação de poderes.

Questionou o Sr. Ministro sobre as últimas avaliações feitas pela troika e citou o comunicado do BCE e da Comissão Europeia que diz que a execução orçamental tem de ser rigorosa e que terão de ser encontradas medidas alternativas em caso de inconstitucionalidade e perguntou se o Governo está a preparar um plano B. Perguntou também sobre as questões de ensino do português no estrangeiro, designadamente sobre a redução de 250 professores e perguntou o número de alunos inscritos, os que se encontram a frequentar e os que pagaram propinas. Questionou ainda sobre os manuais escolares e sobre a formação de professores, dado que até agora tem havido apenas seminários lecionados pelos leitores. Quanto aos trabalhadores externos dos consulados, referiu que podem ter que trabalhar até 44 horas semanais e lembrou a recente decisão do Tribunal Constitucional que declarou inconstitucionais diversas disposições do Código de Trabalho.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Machete, começou por referir que pediu para ser ouvido relativamente ao BPN, dar o testemunho e explicações à Assembleia da República, não por se sentir fragilizado mas por se sentir atacado. Quanto à troika disse que não participou nas negociações mas a política económica do Governo é fortemente condicionada pelo Memorando. No orçamento está-se a tentar encontrar as fórmulas possíveis para ver se em junho do próximo ano

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ATA NÚMERO 110/XII/ 3.ª SL

Portugal se liberta da troika e rematou referindo que não existe qualquer plano B. Quanto ao Tribunal Constitucional disse que se trata de um órgão que tem uma missão extremamente importante e que ao longo da sua vida tem dinamizado a vida jurídica portuguesa, embora nem sempre concorde com as decisões em concreto.

O Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr. José Cesário, disse que não estava em causa o ensino português no estrangeiro. A rede está definida e o ano letivo iniciou-se sem grandes protestos. Temos cerca de 20 000 alunos nos 5 continentes. Os manuais escolares foram escolhidos pelos Coordenadores e por isso não são todos iguais. A certificação abrangeu 3 700 alunos. A formação de professores não está a ser feita apenas pelos leitores e lembrou que na América do norte está neste momento a decorrer uma formação dada pela escritora Maria João Lopo de Carvalho. Quanto às horas dos trabalhadores externos garantiu que serão aplicadas a lei e as decisões dos tribunais.

A Sr.ª Deputada Helena Pinto (BE) começou por referir que sobre o BPN não irá questionar o Sr. Ministro porque terá de dar explicações ao Ministério Público, mas disse que importava esclarecer uma questão, pois a carta não foi dirigida apenas ao Sr. Deputado Luís Fazenda, mas foi enviada com conhecimento aos restantes grupos parlamentares. Falando sobre a questão de Angola, disse que importava esclarecer que o Sr. Ministro não fala por si próprio ou faz interpretações pessoais pois representa o Estado português. Prosseguiu referindo que o Sr. Ministro fez duas coisas que não deveria ter feito: pediu desculpas, colocando-se numa posição de subserviência inadmissível e violou um pilar do Estado de direito, colocando em causa o princípio da separação de poderes.

Perguntou como é que pôde fazer as declarações que fez tendo por base o comunicado do DCIAP. Disse ainda que a Sr.ª Procuradora-Geral deu informações genéricas como foi pedido, pelo que perguntou quem pediu as informações.

A situação em que se colocou não tem saída pelo que deveria demitir-se para se encerrar este capítulo.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Machete, disse que em matéria de direito constitucional temos perspetivas muito diferentes e concluiu

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ATA NÚMERO 110/XII/ 3.ª SL

referindo que as afirmações que proferiu não podem ser interpretadas em termos meramente jurídicos.

O Sr. Presidente disse que se iria dar início à segunda ronda e informou como se processaria.

A Sr.ª Deputada Maria de Belém Roseira (PS) agradeceu ao Sr. Ministro e aos Srs. Secretários de Estado. Quando o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros tomou posse, ainda não conhecíamos a lei orgânica do Governo nem a respetiva delegação de competências no Vice-primeiro-ministro pelo que foi com perplexidade que verificou o grande esvaziamento do Ministério de Estado e dos Negócios Estrangeiros. A diplomacia económica ficará a ser tutelada pelo Vice-primeiro-ministro, pelo Ministro da Economia e também pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros. O que significa que, em relação a uma matéria que é crucial, vamos ter uma tripla tutela. Com este desenho da delegação de competências, o Vice-primeiro-ministro saiu do Ministério dos Negócios Estrangeiros, mas o Ministério dos Negócios Estrangeiros não saiu de dentro dele pelo que haverá uma enorme dificuldade no sentido de se articular esta relação.

Um segundo esvaziamento é ditado pelo facto de, no ECOFIN, as competências que os Ministros das Finanças têm muito ultrapassam competências que em sede tradicional lhes competiam, pelo que, olhando para o Ministério dos Negócios Estrangeiros verifica-se que fica limitado ao bilateralismo. Concluiu perguntando ao Sr. Ministro como acha possível gerir estas insuficiências por um lado, estas triplas tutelas por outro, e aquilo que é a indispensabilidade de conquistar fora da Europa aquilo que a Europa não pretende reconhecer-nos.

A Sr.ª Deputada Mónica Ferro (PSD) começou por cumprimentar o Sr. Ministro e os Srs. Secretários de Estado e disse que iria colocar questões concretas. Disse que quando o Sr. Ministro esteve na Assembleia para falar sobre a situação na Síria pediu que no Evento dos ODM tivesse liderança política e considerou que o discurso que proferiu foi exemplar e destacou a referência ao empoderamento das raparigas e das mulheres e a aposta na educação e na saúde sexual e reprodutiva. Mencionou também o discurso que proferiu na Assembleia Geral das Nações Unidas em que

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ATA NÚMERO 110/XII/ 3.ª SL

sentiu que foram traçadas as linhas de atuação em termos de política externa. Perguntou qual o estado da arte na candidatura portuguesa ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Disse que há enormes expectativas relativamente à II Conferência sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial que irá decorrer em outubro, em Lisboa, e perguntou se há mais dados que possa partilhar com a Comissão. Quanto à política de cooperação, que tem sido alvo de ajustes orçamentais, quais as estratégias que Portugal está a seguir de forma a fazer face a esta redução de recursos públicos.

O Sr. Deputado José Lino Ramos (CDS-PP) disse que iria colocar apenas duas perguntas, a primeira relativa aos vistos *gold*, dado que está a concluir-se um ano sobre o seu lançamento. Quando cá esteve, o Sr. Ministro disse que tinham sido emitidos 67 vistos e estavam pendentes 139 processos de autorização pelo que solicitou uma atualização destes dados. Quanto à criação do Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora perguntou como é que poderia contribuir para melhorar a situação económica portuguesa.

A Sr.ª Deputada Rita Rato (PCP) disse que iria falar sobre o Instituto de Investigação Científica e Tropical e citou um despacho do respetivo Presidente que reduz fortemente a verba disponível para a investigação. Esta redução pode representar a ameaça de desmantelamento de uma instituição centenária, fundada em 1833, pois representa um corte na massa salarial dos investigadores e eventualmente de postos de trabalho e concluiu referindo que a salvaguarda destes postos de trabalho é fundamental para a continuidade do Instituto e do trabalho que tem realizado.

A Sr.ª Deputada Helena Pinto (BE) usou da palavra para dizer que há um conjunto de questões a que o Sr. Ministro não respondeu, designadamente quem pediu informações genéricas à Sr.ª Procuradora-Geral da República e não explicou como concluiu que não havia questões de gravidade nas investigações.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Machete, disse que a Sr.ª Deputada Maria de Belém Roseira colocou duas questões concretas, quanto ao eventual esvaziamento das competências do Ministério dos Negócios Estrangeiros e

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ATA NÚMERO 110/XII/ 3.ª SL

das dificuldades que existem nestes casos em termos de coordenação dos serviços. Neste momento não está ainda finalizado o despacho que delega a tutela nos Ministros de Economia e dos Negócios Estrangeiros e o que tem acontecido é que a eficiência da AICEP não tem sido prejudicada porque os três membros do Governo têm concertado entre si, em reuniões conjuntas. É naturalmente uma solução provisória até porque o projeto de despacho tem de ser afinado nalguns pormenores. A questão do ECOFIN é necessário encontrar a distribuição de trabalho mais eficaz. Também aqui as reuniões entre a Ministra das Finanças e o Ministro do Estado e dos Negócios Estrangeiros têm permitido ultrapassar as dificuldades mais prementes.

Relativamente à candidatura ao Conselho de Direitos Humanos tem havido países que apoiam a nossa candidatura. Trata-se de continuar a aprofundar o conceito de direitos humanos em termos internacionais.

O Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Dr. Luís Campos Ferreira respondeu às questões relativas à cooperação, referindo que se tenta diversificar as fontes de financiamento e alavancar os fundos comunitários. Somos mais assertivos na área da cooperação delegada referiu e há uma maior partilha de custos com os países em que se está a fazer cooperação. Relativamente à questão colocada sobre o financiamento do Instituto de Investigação Científica e Tropical, pela Sr.ª Deputada Rita Rato, disse que o Instituto não pode ser uma ilha ou ficar à margem do momento que vivemos em Portugal.

O Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr. José Cesário, falou sobre o Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora e disse que para este governo foi sempre essencial o relacionamento com a diáspora. Mencionou ainda o envolvimento de técnicos da AICEP em encontros de iniciativa empresarial com resultados muito positivos.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) disse que gostaria de ouvir o Sr. Ministro falar como se devem valorizar as comunidades portuguesas, uma vez que é reconhecida a sua importância na relação com Portugal e de que forma Portugal está a dar resposta aos novos fluxos migratórios. Perguntou ainda como se pode dar resposta que seja satisfatória a quem decide emigrar. Disse que os portugueses que vivem fora do país

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ATA NÚMERO 110/XII/ 3.ª SL

sentem-se muito abandonados, há uma enorme asfixia a nível consular e, a nível dos apoios sociais, houve uma redução significativa. Em 2012 o Governo concedeu apoios a apenas 17 associações e de forma absolutamente casuística.

O Sr. Deputado Carlos Gonçalves (PSD) realçou o facto de o Sr. Ministro ter sido Secretário de Estado das Emigração, o que é muito importante pois pela primeira vez temos um Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros que conhece a emigração. Disse que a abertura do ano escolar correu de forma muito positiva e acrescentou que quem tem filhos, como é o seu caso, que vivem e estudam no estrangeiro, quer um ensino de qualidade. Questionou sobre as permanências consulares e especificamente sobre o Consulado Clermont Ferrand. Destacou a participação cívica das comunidades portuguesas e referiu a iniciativa que irá ser debatida em breve, que visa introduzir 2 representantes do Conselho das Comunidades Portuguesas na composição do Conselho Nacional de Educação. Concluiu, considerando que relativamente aos fluxos migratórios não se justifica falar em termos políticos mas sim em termos de pessoas.

O Sr. Deputado João Ramos (PCP) começou por esclarecer que apesar de na sua intervenção anterior não ter pedido eleições antecipadas que não haja dúvidas que as defende. Referiu depois que o relatório do FMI e da Comissão falam em plano B, ou o Governo rejeita a Constituição ou então terá mesmo de encontrar um plano alternativo. Quanto ao ensino de português no estrangeiro disse que quando o Sr. Secretário de Estado cá esteve falou noutros números e não pode deixar de salientar o facto de haver menos professores quando há mais portugueses a residirem no estrangeiro. Citou o caso de Espanha em que foram colocados professores espanhóis a ensinar nos primeiros níveis e disse que queria ouvir o Sr. Ministro sobre esta questão. A concluir mencionou a Resolução da Assembleia da República, aprovada em maio passado que, prevê a entrega pelo Governo de um relatório anual sobre emigração e perguntou se o Governo o vai entregar este ano.

O Sr. Deputado Mário Magalhães (PSD) começou por mencionar a presidência do Diálogo 5+5 e perguntou ao Sr. Ministro como encarava a presidência deste grupo e a

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ATA NÚMERO 110/XII/ 3.<sup>a</sup> SL

importância que tem para um país como o nosso. De seguida falou na situação e na tragédia ocorrida em Lampedusa.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Machete, disse que o Sr. Deputado Paulo Pisco colocou questões muito importantes, mas vivemos uma situação marcada pela globalização. Portugal vive um momento de crise levando à saída de gente qualificada e não qualificada, mas estas questões migratórias são de grande complexidade designadamente por causa do saldo demográfico. Disse que uma questão fundamental decorre da necessidade de encontrar soluções para conseguir que as pessoas que emigram não sofram pela diversidade cultural mas que, ao mesmo tempo mantenham laços com o país de origem. Quanto à questão do Magrebe, disse que os problemas decorrentes da emigração afetam essencialmente Espanha e Itália. Relativamente à Reunião 5+5, disse que procurava integrar os países do Magrebe e visa ainda responder à questão do Sahel.

O Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr. José Cesário, disse que queria deixar claro que reconhecem os problemas e dificuldades que existem. Relativamente às permanências consulares apresentou números e exemplificou com o trabalho realizado pelo consulado honorário de Andorra que substituiu a embaixada e consulado.

Quanto à questão do ensino de português no estrangeiro salientou que houve um investimento que foi percebido pelos alunos e encarregados de educação e apontou o caso do Reino Unido em que, apesar da introdução de propinas, há mais alunos inscritos.

O Sr. Presidente agradeceu ao Sr. Ministro e aos Srs. Secretários de Estado pelos esclarecimentos prestados.

A reunião foi encerrada às 19:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 outubro 2013.



**COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS**

**ATA NÚMERO 110/XII/ 3.ª SL**

**O PRESIDENTE**

**(ALBERTO MARTINS)**

**COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS**

**ATA NÚMERO 110/XII/ 3.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins  
Ângela Guerra  
António Rodrigues  
Basílio Horta  
Carlos Alberto Gonçalves  
Carlos Páscoa Gonçalves  
Feliciano Barreiras Duarte  
Helena Pinto  
José Lino Ramos  
Maria de Belém Roseira  
Maria Gabriela Canavilhas  
Maria José Moreno  
Maria Manuela Tender  
Mário Magalhães  
Mónica Ferro  
Nuno Magalhães  
Paulo Pisco  
Pedro Silva Pereira  
Ferro Rodrigues  
João Ramos  
Paulo Simões Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Bernardino Soares

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Laurentino Dias  
Maria João Ávila

